



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

ELAINE CRISTINA DOS SANTOS SILVA

**“MAS ELE NUNCA ME BATEU...” TRILHAS CARTOGRÁFICAS DO
FEMINICÍDIO, DO PODER ALEGÓRICO À VIOLÊNCIA FÍSICA.**

**CAMPINA GRANDE
2019**

ELAINE CRISTINA DOS SANTOS SILVA

**“MAS ELE NUNCA ME BATEU...” TRILHAS CARTOGRÁFICAS DO
FEMINICÍDIO, DO PODER ALEGÓRICO À VIOLÊNCIA FÍSICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado ao
Departamento do Curso de História
da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de graduada em
História.

Orientadora: Profa^o Dra. Patrícia Cristina Aragão

**CAMPINA GRANDE
2019**

S586m Silva, Elaine Cristina dos Santos.
"Mas ele nunca me bateu..." Trilhas cartográficas do
feminicídio, do poder alegórico à violência física [manuscrito] /
Elaine Cristina dos Santos Silva. - 2019.

29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2019.

"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina Aragão ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. História social. 2. Educação. 3. Violência de gênero. 4.
Feminicídio. I. Título

21. ed. CDD 305.42

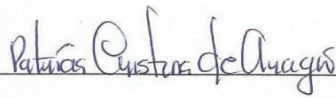
ELAINE CRISTINA DOS SANTOS SILVA

“MAS ELE NUNCA ME BATEU...” TRILHAS CARTOGRÁFICAS DO FEMINICÍDIO, DO PODER ALEGÓRICO A VIOLÊNCIA FÍSICA.

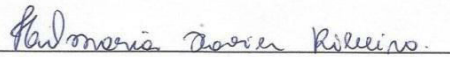
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Aprovada em: 05/12/2019.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Patrícia Cristina Aragão (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Thaís de Oliveira e Silva

À minha mãe, por todo sangue e suor derramado para que eu pudesse chegar aqui, DEDICO.

Se a primeira mulher que Deus criou
foi suficientemente forte para,
sozinha virar o mundo de cabeça
para baixo, então todas as mulheres,
juntas, conseguirão mudar a
situação e pôr novamente o mundo
de cabeça para cima!
(Sojourner Truth)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. NOTAS SOBRE UM CORPO QUE FALA: O FEMININO NA HISTÓRIA, VIOLÊNCIA QUE MARCA E DEMARCA LUGARES	10
3. NATURALIZAÇÃO NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LEI MARIA DA PENHA COMO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	17
4. O CORPO QUE FALA E RESISTE: A MULHER, OS DIREITOS HUMANOS E AS LUTAS SOCIAIS	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

“MAS ELE NUNCA ME BATEU...” TRILHAS CARTOGRÁFICAS DO FEMINICÍDIO, DO PODER ALEGÓRICO Á VIOLÊNCIA FÍSICA.

Elaine Cristina dos Santos Silva¹

RESUMO

O presente trabalho busca problematizar o processo de construção das etapas que culminam no feminicídio. Para isso, discutiremos como essas mortes são construídas a partir de uma sociedade forjada sob normas patriarcais, controlando e desautorizando a mulher como agente da sua própria experiência, acarretando em uma educação voltada para cuidar e servir. Nesta perspectiva, tal cultura é responsável por uma série de determinações a respeito do corpo, da intelectualidade e da subjetividade da mulher, refletindo nas inúmeras violências que estas sofrem, sejam agressões psicológicas, emocionais, patrimoniais e físicas. Nesse sentido, buscamos refletir acerca da violência contra a mulher com ênfase no feminicídio, analisando como essa construção sociocultural da virilidade do homem é responsável pela violação de seus corpos, resultando na violência de gênero. Teórico e metodologicamente o trabalho está amparado em autores como FOUCAULT (2008) a partir da *relação de poder*, além de DAVID BRETON (2011) com os conceitos *singularidade e representatividade*. Ao discutirmos sobre a construção desse papel imposto à mulher, nos apoiaremos em autoras como DEL PRIORE (2014) e LOURO (2010).

Palavras chave: História. Educação. Violência de gênero. Feminicídio.

ABSTRACT

The present work seeks to problematize the construction process of the phases that culminate in femicide. To do so, we will discuss how these deaths are constructed from a society forged under patriarchal rules, controlling and disallowing the woman as an agent of her own experience, resulting in an education aimed at caring and serving. In this perspective, such culture is responsible for a series of determinations about the woman's body, intellectuality, and subjectivity, reflecting on uncountable types of violence that they suffer, being them psychological, emotional, patrimonial and physical aggressions. In this sense, we seek to reflect about violence against woman with emphasis on femicide, analyzing how this sociocultural construction of man's virility is responsible for the violation of their bodies, resulting in gender violence. Theoretical and methodologically the work is sheltered in authors like Foucault (2008) from the power relationship, besides David Breton (2011) with the concepts of *singularity and representativeness*. When discussing about the construction of this role imposed on women, we will rely on authors like Del Priore (2014) and Louro (2010).

Keywords: History. Education. Gender violence. Femicide.

¹ Graduanda do curso de História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
elaine351@outlook.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de um artigo teórico em que discutimos o feminicídio na perspectiva da violência contra as mulheres abordado através de estudos e pesquisas que versam sobre o tema, em nossa pesquisa refletimos sobre como a educação feminina no contexto da sociedade brasileira nos vieses do patriarcado, construiu um fio condutor que levasse as violências de gênero (no caso específico a violência contra a mulher e o feminicídio) na qual vivenciamos hoje na sociedade brasileira.

Analisando como a mulher foi pensada no decorrer dos séculos XIX e XX, qual era a educação destinada ao sexo feminino, educação que foi pensada e colocada em prática no contexto da realidade brasileira a partir do viés do patriarcado, onde a mulher era moldada para ser subserviente aos homens, sejam eles pais, irmãos ou maridos. Para a discussão sobre a educação das mulheres trabalharemos na perspectiva de LOURO (2010) e DEL PRIORE (2014).

Nessa perspectiva também abordamos como essa educação patriarcal faz com que a violência de gênero muitas vezes torna-se invisível, sendo assim naturalizada na contemporaneidade. Quais as consequências que essa educação nos trouxe hoje? Segundo o jornal O GLOBO², em uma pesquisada realizada no Brasil, 500 mulheres foram agredidas a cada hora no ano de 2018. Ainda em 2018, segundo um levante do Datafolha (encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública), 16 milhões de mulheres acima de 16 anos sofreram algum tipo de violência: 3% ao se divertirem num bar, 8% no trabalho, 29% na internet e na rua e em casa 42%.

A sequência de violências que não são apenas físicas e antecedem o feminicídio, são: psicológica, emocional e patrimonial, cometidas por parceiros íntimos da vítima. O feminicídio é um resultado de toda uma cultura machista que marca e demarca lugares de posse e poder através do corpo feminino.

Manifesta-se assim, através de uma análise da configuração da sociedade contemporânea, a urgência e relevância de trabalhar com tema das mulheres no campo histórico e de gênero com ênfase na discussão sobre o feminicídio e exteriorizar que a estrutura da figura do feminino vigente é uma concepção e idealização feita por meio de um processo histórico sociocultural, e que ainda insiste na ideia de estruturar a sociedade, e mulheres que procedem de forma discordante dos paradigmas mandatários de tal sociedade são tabeladas de forma pejorativa e negativa.

Nesse sentido para refletir sobre os alcances, impactos e implicações sobre esta questão da violência de gênero, podemos tomar como referência a música —Triste louca ou máll, interpretada pela banda Francisco el ombre em que diz: —Triste louca ou má, será qualificada ela quem recusar. Seguir receita tal, a receita cultural do marido, da família cuida, cuida da rotina³ll.

Destaco assim, o aporte da nossa pesquisa para notoriedade do tema da violência contra a mulher na atualidade, tendo em vista que esse comportamento de hostilidade sob a figura feminina foi construído e, portanto,

² Reportagem publicada no dia 26/02/2019 disponível no endereço eletrônico: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/02/26/mais-de-500-mulheres-sao-agredidas-a-cada-hora-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>> acessado em: 18/10/2019.

³ Composição: Juliana Strassacapa, interpretada por: Francisco el ombre.

pode ser sim desconstruído e dialogar sobre esta enfermidade social, que atinge estatísticas assustadoras, contribui para o combate a tal violência. É possível refletir na contemporaneidade sobre um tema tão delicado, é uma ferramenta usada na educação, e é através dela que podemos contribuir na mudança do quadro da violência de gênero no cenário atual.

Este trabalho de pesquisa em História, esta situado no campo dos estudos de gênero, com ênfase na violência contra a mulher e o feminicídio, em que trabalhamos a partir dos estudos de MENEGHEL e PORTELA (2018) com a discussão sobre feminicídios, conceitos e tipos. Conversamos também ao longo do artigo com RUSSELL (1990), BASTOS (2011) e por fim, discutimos a resistência da mulher abordando o contexto histórico do movimento feminista e como este dialoga com os direitos humanos das mulheres, com FOUCAULT (2008) discutimos as relações de *poder* e questão da singularidade e representatividade do *corpo* com DAVID BRETON (2011).

Como abordagem metodológica, trabalhamos a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, onde inicialmente trabalhamos com a historiografia sobre o tema que versa sobre mulheres e gênero na perspectiva de autoras como: DEL PRIORE (2014) e LOURO (2010) além da pesquisa bibliográfica, foi feita uma pesquisa documental onde trabalhando com as legislações referentes ao tema, como: Lei nº 11.340 lei Maria da Penha, resolução nº 2.232/19 do Conselho Federal de Medicina, e Direitos Humanos das mulheres, essas fontes contribuíram para que pudéssemos ler e melhor compreender a violência contra mulher a partir do feminicídio.

Nossa pesquisa foi organizada em alguns momentos, que estão divididos em três sessões, na primeira sessão intitulada: —*Notas sobre um corpo que fala: O feminino na história, a violência que marca e demarca lugares*ll. Discutimos a forma que a figura feminina foi moldada por uma sociedade patriarcal que também desenha uma figura masculina, figura esta de virilidade infinita e ambos que não se enquadram aos papéis lhes foram destinados, recebem algum tipo de punição. Na segunda sessão, intitulada de: —*Naturalização da violência de gênero a lei Maria da penha como combate a violência doméstica*ll.

Abordamos quais as consequências que esta educação trouxe para contemporaneidade, o reflexo negativo dessa é exatamente as várias violências contra a mulher, que tem como etapa final o feminicídio, que se caracteriza pela morte da mulher por ser mulher, e a naturalização da violência respaldada em uma herança sociocultural patriarcal. Na terceira e última sessão intitulada de: —*O corpo que fala e resiste á mulher e os direitos humanos e as lutas sociais*ll. Trabalhamos na perspectiva da resistência da mulher, na visão de que mesmo com o corpo marcado e demarcado existimos como *sujeito direitos humanos*⁴. E a importância das lutas sociais, principalmente o feminismo, que através de sua pluralidade segue na resistência, pois para uma ação tem uma reação e a reação da mulher é luta e resistência, a figura feminina foi moldada séculos após séculos será desconstruída da mesma forma, lutemos como uma garota!

2. NOTAS SOBRE UM CORPO QUE FALA: O FEMININO NA HISTÓRIA, VIOLÊNCIA QUE MARCA E DEMARCA LUGARES.

⁴ Expressão jurídica, também é utilizado com frequência, como uma forma de referir-se a crianças e adolescentes na esfera legal.

Neste tópicoo, traremos a construção histórica feita sob a imagem da mulher na sociedade e reforçada por uma educação destinada a mesma através dos tempos. A figura de mulher ideal e não real, fora feita em séculos de modelagem, toda essa —receitall passada ano após ano, fez e ainda faz com que mulheres aceitem uniões masoquistas, fadadas ao fracasso. No decorrer da história mulheres sempre foram divididas entre boas ou más, puras ou impuras, as para casar e as para o coito sem pudor a —de casall para procriar e a —de fora para diversãoll; o feminino sempre foi dividido em dois planos, o do santo ou profano, e quem fazia essa dicotomia pairar sobre o imaginário do que é ser mulher, é o patriarcado⁵, que controlava de forma cautelosa a sociedade. E esse comportamento social desfavorável à vida das mulheres, se arrastou até a contemporaneidade.

Segundo Del Priore (2014. p.26) —A moça era desde o nascimento propriedade do pai, ao longo de sua vida era preparada e educada para ser propriedade do marido, vários ditados como: —Onde há galoo, não canta galinhallo, —O homem na praça e a mulher em casall. Por muito tempo foram usados sem nenhum pudor, e que eram seguidos à risca e respeitados fielmente, revelando como uma dama deveria se comportar dentro da sociedade para se adequar no seletoo grupo que merecia um matrimônio.

A educação das moças para seu destino começava muito cedo, pois cresciam ouvindo que ao atingir certa idade deveriam estar casadas. Segundo LOURO, 2010. p.446): —Evidentemente as divisões de classe, etnia e raça tinham papel importante na determinação das formas de educação utilizadas para transformar as crianças em homens e mulheresll, ressaltamos que, em meados do século XIX, as famílias que ocupavam postos de maiores destaques na sociedade, faziam com que as meninas destas famílias, obtivessem o ensino da leitura, escrita, noções básicas de matemática e complementada com o ensino de piano e do francês.

Vale salientar que essa educação era apenas para que a mulher servisse de boa companhia para o marido, e não o envergonhasse em meio à sociedade, por este motivo, as mulheres deveriam ser mais educadas que instruídas, pois a educação lhes oferecida só iria até certo ponto, ponto este onde a educação só importava para que a mulher representasse seu marido socialmente, e jamais para representar a si própria.

A educação feminina no século XIX foi um misto de vigilância e disciplinarização que se confundia muito com matrimônio de tanta vigilância e pressão que a sociedade patriarcal exercia sobre a mulher, este tipo de prática fez com que toda a educação feminina fosse pautada para o casamento, fora dos papéis tradicionais, a mulher era uma promessa de flagelo.

As inteligentes eram consideradas perigosas. (DEL PRIORE, 2014. p.26). A educação em busca da esposa ideal, permeava a sociedade naquele contexto a infância das pequenas, onde até mesmo as brincadeiras eram divididas em: —o que é de menino e o que é de meninall, normalmente os meninos sempre ficavam com as brincadeiras mais divertidas onde poderiam correr, pular, suar, já as meninas ficavam com as bonecas que eram suas filhas onde simulava-se uma pequena dona de casa. Todos esses requisitos e obrigações faziam com que as mulheres se transformassem em criações

⁵ Sistema social em que homens adultos mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle de propriedades.

recatadas, sempre vigiadas e controladas e que só podiam ocupar um lugar na sociedade o de servir e submete-se à vontade do marido.

Tal foco e tempo gasto na educação feminina para um futuro matrimônio deu origem ao chamado mercado do matrimônio, onde toda a preparação para se encontrar o homem ideal era desenvolvida, pois a opinião da moça em questão não era válida. Esse mercado do matrimônio era formado por toda a sociedade, as moças de família mais afortunadas eram severamente vigiadas desde sua intimidade, um exemplo disto era a virgindade que se tornou alvo de uma vigilância extrema, quanto a aparição das meninas em sociedade, apenas para missas e festas como quermesses, lugares estes que eram usados para se descobrir um candidato aceitável. Ficar sozinhas com rapazes? Jamais! Possibilidades de comunicação entre eles eram muito raras, toda essa movimentação servia para garantir o sucesso do casamento que mais era um negocio entre famílias, a respeito disso:

Havia grande preocupação com o que se dissesse sobre a futura união, por isso toda parentela se mobilizava para achar o animal raro: tios, tias, sobrinhos, padres, amigos, além das casamenteiras, que faziam convergir para os pais informações mias preciosas possível. (DEL PRIORE, 2014. p.45.)

Como já foi dito anteriormente, a sociedade unia forças para que o matrimônio seguisse firme e forte e se tratasse do único objetivo na vida de uma verdadeira moça de família, pois a mulher carecia de um homem para chamar de —seull. Dentre essa vigilância, a medicina tinha grande destaque onde no século XIX os médicos higienistas se encarregavam pessoalmente de vigiar as ditas mulheres de bem, para isso se liberavam os bordéis.

No que se refere às relações, como perceber no casamento amor e paixão? Nunca! Esses sentimentos deveriam ser sufocados, pois os mesmos eram considerados sentimentos inconcludentes⁶. A mulher na casa dos pais era —moça de família, pois após o casamento deveria manter a essência puritana, mesmo depois de casada ela deveria se espelhar na virgem Maria, e se dar ao respeito. Cabe ressaltar que a igreja católica neste período exercia um domínio e influência sobre os espaços familiares, sabendo até muitas vezes dos segredos de alcova, ou seja, isto refletia na educação feminina e na construção de normatizações sociais, visto que a igreja é uma instituição exercendo assim um poder despropositado sobre a sociedade e mais ainda sob a figura da mulher. Desta forma a mulher de bem e casada teria que se dar ao respeito, pois teria sorte de ter escapado do fracasso que seria ficar sozinha e se para namorados e noivos o sexo era proibido dentro do casamento ele seria obrigatório. Mas sempre, pautado na pureza, pois respeito, era a palavra de ordem. A respeito disso Del Priore (2014. p. 64) afirma que:

Distinguiam-se dois tipos de mulher: A respeitável, feita para o casamento, que não se amava, forçosamente, mas em quem se faziam filhos; e a prostituta, com quem era permitido e se dividia as alegrias eróticas vedadas, por educação, às esposas.

A figura da esposa era regida pela questão do pudor, ainda segundo Del Priore: —[...] as mulheres não deveriam se olhar no espelho nem mesmo na

⁶ Que não tem resolução; que não consegue concluir; que não demonstra e nem prova nada; sem conclusão; ilógica.

água das banheiras. Em compensação, espelhos forravam as paredes dos bordéis (2014, p.65). O que nos mostra, que espaço privado e o espaço público, dividiam as mulheres entre boas e más. Fazia-se amor com a esposa - quando se queria procriar o resto do tempo era reservado a —outrall, enquanto a mulher do lar não poderia ver e analisar sua própria imagem, os bordéis eram revestidos de espelhos por todos os lados.

O controle do marido e poder de punição que ele exercia sob a esposa - estava previsto até mesmo no código penal de 1890⁷ - que dava ao homem a condição de forçar relações sexuais com uso de violência, se o mesmo, atentasse ao fato de que a esposa não fosse mais virgem, vale ressaltar ainda dentro do contexto do código penal de 1890, que o único crime sexual que a mulher poderia postular seria o de sodomia⁸, provando assim que o que —era erradoll se procurava fora de casa, já que o lar era sagrado.

Os lugares do masculino e feminino naquele contexto, pautava-se na vontade de Deus, traduzida pelo olhar da igreja, a partir disto, essa fala era disseminada em todos os cantos por determinados grupos dentro da sociedade mais especificamente nos séculos XIX e XX, para manter a posição privilegiada dos donos deste espaço, os homens. O que é representado nesta quadrinha⁹ publicada em um jornal, de 1892, ainda segundo Del Priore:

Deus criou o homem e ficou satisfeito E então criou a mulher e sentiu-se remordido na sua santa consciência E então disse: A mulher será vaidosa, inconstante e pérfida Enganará o homem e o homem será infeliz Então criou o cão (2014, p.54).

Desta forma pode se perceber que a visão dual da mulher, ao mesmo tempo, era tida como pecadora, quando sofria com o infortúnio da dor no parto pelo pecado de Eva, era a mesma que carregava e gerava filhos e seria a responsável pela felicidade da família. Então pode se pensar que a mulher foi desenhada ao longo da História como pecadora biblicamente falando, e como também, a responsável por gerar vidas, eis a dualidade na imagem da mulher e que está presente até os dias atuais.

Mesmo com uma imagem dual projetada e incorporada em uma sociedade que a vigiava e podava seu avanço, as mulheres tinham lá suas resistências e eram astuciosas não com tanta frequência quanto o homem, mas há alguns casos de adultério feminino, porém, a punição para as mulheres era muito mais severa, como mostra o seguinte trecho:

Na legislação e na sociedade colonial, a punição do assassinio do cônjuge por adultério era desigual. Enquanto para as mulheres não se colocava sequer a possibilidade de serem desculpadas por manterem maridos adúlteros, aos homens a defesa da honra perante o adultério feminino comprovado encontrava apoio nas leis. O marido traído que matasse a adúltera não sofria nenhuma punição. (DEL PRIORE, 2014, p.34).

⁷ Código penal de 1980, Art. 268: —Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta. II, evidencia-se mais uma vez a não defesa da honra da mulher, mas sim do núcleo familiar, haja vista que não era a violência contra a mulher que poderia vir a ser penalizada, mas sim a destruição da honra da família.

⁸ Relação sexual anal entre um homem e outro; sexo anal entre homem e uma mulher.

⁹ Estrofe composta de quatro versus, ger. De sete sílabas.

Mas em contra partida, Del Priore destaca que:

Mesmo conscientes de que o castigo do adultério feminino era bem mais rigoroso do que o do masculino, as mulheres da colônia não deixavam de cometer esse pecado - do ponto de vista da Igreja - ou crime - do ponto de vista do Estado. (DEL PRIORE, 2014. p.35).

Fora da dominação masculina, muitas faziam o que desejava (eis os indícios da resistência), a revolução. Mas para que esta revolução pudesse acontecer, foram necessárias mudanças de atitudes e comportamentos, e isto veio também através da educação.

Em busca de uma transição do espaço doméstico para o espaço público, destaca-se o caminho da educação com a profissão da mulher professora. A profissão de docente que foi feminilizada com o decorrer dos tempos, pois vale lembrar que no início se tratava de uma profissão masculina que acontecia em um espaço público, até então dominado por homens.

Esta profissão começou a ser —abandonada— pelos homens ainda nas províncias brasileiras, assim as considerações e pensamentos de que as mulheres tinham mais cuidado e atenção com as crianças por natureza e que eram mulheres as primeiras cuidadoras, visto que a figura feminina sempre foi desenhada como dócil, consolidando assim mais uma vez hierarquização de gênero e construindo um arquétipo no meio social da mulher professora. Todo esse discurso vai respaldar a —saída— do homem do magistério para atividades, muitas vezes mais vantajosas e rentáveis.

A partir daí, começou a se moldar a figura da mulher ao magistério, e ao magistério características tidas como femininas, características estas que no futuro viriam a lhes dificultar reivindicações de direitos. A mulher foi construída como frágil, mesmo as que formavam as camadas mais populares e tinham que trabalhar para sobreviver, essa movimentação social era tida como um incidente, já que para a família burguesa cristã, se tinha a ideia de que o único provedor da casa seria o homem, até porque a figura de uma mulher solteira no século XIX era tida como um fracasso. Desta forma a feminilização do magistério, foi cercada de cuidado, para que essa profissão se encaixasse nos moldes da sociedade burguesa, que fazia e faz parte de uma prisão cristocêntrica e que acabou se refletindo nesta profissão.

Como se tratava da introdução da mulher na esfera pública, o casamento e a maternidade tinham que ser adiadas ou abdicadas, para a mulher enquanto professora fazia a escolha de se dedicar apenas a profissão, gerando assim uma condição social que se arrasta até hoje, a da mulher que precisa por muitas vezes escolher entre matrimônio ou aspirações profissionais. Ainda nos moldes da feminilização do magistério, existem argumentos da Psicologia, Teologia e do Direito para embasar essa movimentação, sobre isso LOURO (2008) diz:

Os argumentos religiosos e higienistas responsabilizavam a mulher pela manutenção de uma família saldável - no sentido mais amplo do termo. A esses argumentos iriam se juntar, também, os novos conhecimentos da psicologia, acentuando a privacidade familiar e o amor materno como indispensáveis ao desenvolvimento físico e emocional das crianças. O casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a verdadeira carreira feminina. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma. (2008. p.454)

Desta forma se vê que a única condição da mulher burguesa frequentar o meio público e ter um trabalho remunerado seria com a profissão de professora, já que essa profissão representava uma figura pura de segunda mãe, e que o afeto era um meio facilitador para aprendizagem.

Além das imposições de abdicar do casamento e filhos, as professoras também tinham que servir de exemplo, pois isto fez com que, para serem disciplinadoras, elas devessem primeiro ser disciplinadas, uma série de hábitos, modelos foram impostos para a produção da figura feminina enquanto professora, deveriam assim se vestir de forma discreta já que o recato era fundamental, uma forma correta de caminhar e sempre silenciar sobre sua vida pessoal, um estrito controle sobre os seus desejos. Toda uma aplicação política era feita sob o corpo das estudantes assim criando um —jeito de professorall.

Vale lembrar também que o estereótipo lançado sob as professoras abarcava a questão da solteirona e pouco atrativa, onde muitas mulheres optavam cogitavam essa profissão por se acharem feias, o que nos mostra como a representação destas mulheres eram desenhadas pela sociedade patriarcal, onde os homens eram os porta-vozes da sociedade e que definiam quem era digna ou não de casar, e controlava até a vida das que não eram dignas. A mulher que não era um corpo para o outro era um fracasso.

Toda essa estrutura social e a forma que a mulher foi pensada, que se reflete até os dias atuais, na cultura machista, misógina e ainda patriarcal que é fruto desta educação que a longo prazo se traduz hoje na violência praticada contra a mulher, resultando no feminicídio, os frutos que colhemos deste percurso histórico e que foi substanciada na sociedade brasileira, esta visão de hierarquia de gênero e que sucedeu em uma ideia de posse sobre o outro, o direito a um corpo que não é seu e resulta na naturalização da violência.

O corpo é a diferença do indivíduo, o corpo é a prova da singularidade, uma fabricação de identidade, tanto pelos nossos olhos e principalmente pelos olhos dos outros, chegando a ser um objeto de consumo dentro da sociedade, essa construção social do sujeito incomoda quando sai dos padrões, sobre o corpo BRETON coloca:

O corpo torna-se a prótese de um eu eternamente em busca de uma encarnação provisória capaz de deixar um traço significativo de si mesmo. Para dar corpo à sua própria existência, é necessário multiplicar os sinais corpóreos de maneira visível. Para tornar-se "eu", é preciso pôr-se fora de si. A interioridade se resolve em um esforço de exterioridade. É uma multiplicação de representações de si mesmo para subscrever sua própria presença no mundo, tarefa impossível que exige incessantemente que se coloque o corpo novamente em obras em uma corrida sem fim para aderir a si mesmo, a uma identidade efêmera, mas essencial para si mesmo e para um particular momento social. (BRETON, David Le. O corpo em jogo: um diálogo distorcido entre o: —eull e a carne.¹⁰

Para BRETON, o corpo é uma construção social que reafirma um sentimento de identidade e isso se reflete na relação familiar e social. A mulher ao longo dos anos não teve só o comportamento desenhado, mas o corpo

¹⁰ Instituto humanista unisinos 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/42464-o-corpo-em-jogo-um-dialogo-distorcido-entre-o-eu-e-a-carne>>. Acessado em: 14 de out de 2019.

também ele foi produzido para o desejo e consumo masculino, o corpo tanto do homem quanto da mulher, é lugar de subjetividade, e na sociedade patriarcal o controle sobre o corpo do outro, representa controlar e ter domínio sob a subjetividade do outro é preocupação de primeira instância para que a figura masculina esteja sempre no controle, essa movimentação se torna o mais importante dentro dessa relação de hierarquia de gênero, o homem não pode em hipótese alguma perder o controle sob o corpo da mulher. E é essa herança que se estendeu através dos séculos, posta como ordem do dia atualmente.

Ainda dentro desta perspectiva de *dominação* e *poder* sobre o outro, através dos corpos, FOUCAULT (2008, p.117) coloca:

Houve durante uma época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.

Podemos entender que, se o corpo é um lugar de subjetividade, e que ele pode ser domado e moldado, o corpo da mulher se tornou um objeto aos olhos e mãos de uma sociedade patriarcal. Seja ele exaltado como expressão de beleza, instigante de desejo, fonte prazer ou de vida por meio da maternidade. O corpo feminino se tornou assim, lugar de violência, pois deixam marcas mesmo as sutis, chamadas violências simbólicas, que propagam o comportamento desejável de homens e mulheres assim contribuem para a manutenção dessa desigualdade na sociedade, que está presente em todas as esferas sociais.

Desta forma o homem se apossa do corpo da mulher como forma de poder, e qualquer ameaça sobre este poder, lhes provoca forte reação, se há uma construção do feminino, também há uma construção na figura do masculino que foi moldada em virilidade, resultando na violência. Mulheres que se recusam a fazer algum serviço doméstico ou se recusam a ter relações sexuais com seus parceiros são muitas vezes vítimas em potencial, pois esta violência surge da incapacidade do homem exercer seu poder irrestrito sob a mulher.

Essa posse construída no imaginário da sociedade patriarcal em que a subjetividade da mulher pertence ao homem é, uma relação de poder onde o a figura masculina se destaca, desde o espaço doméstico que teoricamente seria o espaço da mulher, estendendo essa autoridade até o espaço público.

3. NATURALIZAÇÃO NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LEI MARIA DA PENHA COMO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Toda essa movimentação histórica de como a mulher foi pensada e educada para servir a sociedade patriarcal, engendrou até os dias atuais um comportamento social, machista, sexista e violento, pois a educação feminina desenhada durante os séculos é até hoje o respaldo para que homens vejam muitas vezes as mulheres como objeto totalmente descartável. Essas configurações socioculturais, resultam em estatísticas altíssimas de violência perpetrada contra a mulher, esse tipo de violência foi denominado na atualidade de feminicídio. O homicídio de mulheres é mais comum no regime patriarcal onde elas estão submetidas comando dos homens, seja eles pais,

maridos ou apenas conhecidos, o patriarcado coloca, nas mãos dos homens, um poder simbólico que se transforma em violência física. Lembrando que o feminicídio é a fase final de uma sequência de violências contra a mulher.

Este olhar androcêntrico¹¹ que foi cravado no pensamento científico e é um dos prejulgamentos mais destrutivos que está enraizada na nossa concepção, tornando muitas vezes a sociedade incapaz de refletir sobre a situação do patriarcado enquanto sistema opressor, impedindo desde modo que a atual relação homem e mulher possa se modificar, sendo assim, essa visão do androcentrismo passou despercebida entre a sociedade de tão naturalizada que a dominação e supremacia masculina foi construída, sobre isto BOURDIEU (1999, p.47) diz:

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. O que pode levar uma espécie de auto depreciação ou até de auto desprezo sistemáticos, principalmente visíveis, na representação ou até de auto desprezo sistemáticos, principalmente visíveis, na representação como as mulheres fazem [...] A violência simbólica de institui por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante quando ele não dispõe, para pensar e para se pensar, ou melhor, para pensar a sua relação com ele mais do que instrumentos de conhecimento que ambos tem em comum e que, não sendo mais a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural.

A violência contra a mulher pautada na educação da sociedade patriarcal — em que a figura feminina, de acordo com a cultura tem o papel de ser submissa — é tida muitas vezes como habitual, respalda o homem a, de certa forma, castigar a mulher por não cumprir seu papel de gênero imposto pela cultura machista.

Uma frase muito comum entre as mulheres que sofrem com o abuso é: —mas ele nunca me bateu, essa educação a longo prazo acabou internalizando na sociedade que a violência só é real quando deixa marcas visíveis nas vítimas, esse tipo de comportamento social dificulta bastante a punição para este tipo de crime, já que muitas vezes, os familiares e pessoas mais próximas das vítimas, por não verem marcas em seus corpos, não oferecem ajuda, e muitas vezes desprezam a dependência emocional das mulheres para com seus parceiros.

Para termos uma ideia da dificuldade de criminalizar o comportamento machista, pode se ler as estatísticas desse tipo de violência a nível nacional onde segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 13 mulheres são assassinadas todos os dias no Brasil, o Brasil é o 5º país com a maior taxa de feminicídio no mundo no ano de 2018, o marido ou namorado é responsável por mais de oitenta por cento casos reportados. Essas estatísticas comprovam que o quanto a violência doméstica é legitimada no Brasil, o domínio e soberania da sociedade patriarcal, esclarece a dessemelhança do poder que rebaixa as mulheres aos homens — e acaba por incentivar a convicção de posse em controle sobre os corpos femininos. Sobre isto as autoras (Meneghel e Portela, 2018, p.7) apontam:

¹¹ Termo criado pelo sociólogo americano Lester F. Ward em 1903, é a tendência quase universal de se reduzir a raça humana ao termo —homem|| é um exemplo excludente que ilustra um comportamento androcêntrico.

Assim, os feminicídios são mortes femininas que se dão sob a ordem patriarcal, uma forma de violência sexista que não se refere a fatos isolados, atribuídos a patologias ou ciúmes, mas expressa ódio misógino, desprezo as mulheres e constituem mortes evitáveis e, em grande maioria, anunciadas, já que em grande parte representa o final de situações crescentes de violências.

Assim, pode se perceber que o feminicídio tem como fator de risco para a violência fatal, apenas a condição feminina, o poder alegórico que foi imposto para a sociedade durante o passar dos tempos - se transforma em um respaldo para a violência contra a mulher na sociedade contemporânea. Destaco ainda:

O conceito de feminicídio foi utilizado pela primeira vez por Diana Russel em 1976, perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres e retomada posteriormente, denotando a não acidentalidade da morte violenta de mulheres. (FERREIRA, p.80)

Ademais, designa o caráter sexista dos crimes conjugais e se afasta de uma aparente neutralidade do termo homicídio (ALMEIDA, 1998). Neste contexto, introduzimos a discussão sobre o papel do Estado que é insuficiente muitas vezes um investimento em políticas públicas, o que mostra um certo descaso do mesmo na punição desses agressores. No que se refere ainda ao pensamento de RUSSELL, juntamente com CAPUTI, (1990, p.35), pode também ser considerado feminicídio a morte de mulheres em consequência de abortos clandestinos, haja vista a criminalização desta prática, os suicídios em contextos de Gênero, as mortes decorrentes de intervenções cirúrgicas baseadas em considerações de Gênero (mutilação genital, cirurgia plástica) e as que ocorrem por consequência da transmissão do HIV pelos parceiros íntimos.

A violência contra mulher é um evento de caráter permanente, o feminicídio abarca um grupamento de ocorrências que não se passam apenas no ambiente doméstico ou familiar, compõe-se por mortes provocadas por mutilação, estupro, espancamento.

Explorando o lado histórico, podemos ressaltar a caça as bruxas na Europa¹², a imolações de noivas e viúvas na Índia¹³ e os crimes de honra em alguns países da América Latina¹⁴. Por isso, o combate e resolução desta prática abusiva, requer tempo e as vítimas devem ser acolhidas, acompanhadas e fortalecidas em regimentos de cuidados que requerem tempo.

¹² Alguns séculos atrás na Europa, o medo das bruxas se instalou, e se deu início a caça as bruxas, incentivado pela igreja católica através da inquisição, movimento este criado pela igreja para converter apóstatas e impedir que pessoas, abandonassem a igreja católica. Disponível em: <<https://observadorcriticodasreligoes.wordpress.com/2015/10/13/o-sacrificio-de-viuvras-na-india/>>. Acessado em 20 de out. 2019.

¹³ Quando marido falecia no campo de batalha, portanto em um local distante, seus pertences eram usados para substituí-los, o significado é o da subida da viúva até o fogo da pira funerária para se sacrificar junto ao cadáver ou aos pertences do marido. Desta forma a esposa alcançaria um estado divino, pois estaria se sacrificando junto ao seu marido.

¹⁴ No Brasil colonial era legitimado, o assassinato de mulheres sob o pretexto de adultério.

Para fazer frente aos feminicídios é necessário visibilizar as mortes violentas de mulheres. No Brasil foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) em 2006, que constituiu um marco para o enfrentamento dos crimes de gênero. Primeiro vamos procurar entender o nome desta lei, quem é Maria da Penha¹⁵? Maria da Penha é uma mulher brasileira que sofreu severas agressões do seu marido um professor universitário colombiano Marco Antônio Heredia Viveros - no ano de 1993.

Na primeira agressão, ele disparou um tiro de espingarda contra Maria que a deixou paraplégica, depois de passar quatro meses no hospital e realizar inúmeras cirurgias, a mesma voltou para casa. Já em casa, o agressor Heredia, tentou eletrocutá-la durante um banho. Visto que o caso de Maria da Penha não é um caso isolado, explanaremos a seguir relevância desta história para que a lei carregue o nome dela.

Maria pôde sair de casa graças a uma ordem judicial e iniciou uma árdua batalha para que seu agressor fosse condenado. Isso só aconteceria em 1991, mas a defesa alegou irregularidades no procedimento do júri. O caso foi julgado novamente em 1996, com nova condenação. Mais uma vez, a defesa fez alegações de irregularidades e o processo continuou em aberto por mais alguns anos. Enquanto isso, Heredia continuou em liberdade. Nesse tempo, Maria da Penha lançou um livro, no ano de 1994, em que relata as agressões que ela e suas filhas sofreram do marido. Alguns anos depois, conseguiu contato com duas organizações – Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) – que a ajudaram a levar seu caso para a **Comissão Interamericana de Direitos Humanos** da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998.¹⁶

Desta forma, vemos que Maria da Penha teve uma visibilidade internacional, por meio de seus escritos, o que ajudou na visibilidade do caso e por fim na resolução do caso. O caso Maria da Penha deixou claro para o Brasil o desdém do Estado brasileiro com os casos de violência contra a mulher e a ausência de políticas públicas para uma rápida apuração e punição e proteção das vítimas, em relação a esses crimes, antes da lei os casos de violência doméstica eram julgados por juizados especiais criminais, conforme a Lei 9.099/95, onde são julgados crimes de menor potencial ofensivo, ou seja, um olhar de minimização do teor ofensivo sobre a violência doméstica. Após criação da lei Maria da Penha, a competência de julgar este tipo de crime foi realocado para novos juizados especializados em violência doméstica e familiar.

¹⁵ Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza, Ceará, 1945) é uma farmacêutica brasileira que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado. Maria da Penha tem três filhos e hoje é líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, vítima emblemática da violência doméstica.

¹⁶ Fonte. No ano de 2001, o Estado brasileiro foi condenado pela comissão por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres. Foi recomendada a finalização do processo penal do agressor de Maria da Penha (que ocorreria finalmente no ano de 2002); a realização de investigações sobre as irregularidades e atrasos no processo; reparação simbólica e material à vítima; e a adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra mulher. (<https://www.politize.com.br/lei-maria-da-penha-tudo-sobre/>)

A Lei nº 11.340 traz a punição da violência contra a mulher em todas as formas, que antes eram ignoradas, como já foi abordado neste artigo, a sociedade para considerar uma agressão é necessário que as marcas que demarcadas no corpo das vítimas sejam vistas. A lei Maria da Penha, é subdividida em etapas, são elas: Violência Psicológica – é caracterizada por qualquer conduta que cause danos a saúde mental da vítima – podendo ser elas: humilhações, ofensas, perseguições, chantagem, vigilância constante. A moral, que é classificada como injúria, calúnia e qualquer atitude que visa difamar a imagem da vítima (sejam boatos lançados contra a vítima, imagens íntimas da vítima divulgadas). Todas estas ações que por vezes são tidas como —normais, mas, se enquadram na violência moral e são passíveis de punição.

A violência patrimonial que tem como objetivo destruir pertences pessoais, se apossar de pertences da vítima, ou até a questão da vítima disponibilizar dinheiro ao seu agressor. Violência sexual é entendida por qualquer conduta que constranja, obrigue a vítima a presenciar ou participar de relações sexuais não desejadas. E por último, a violência física, que marca e demarca lugares no corpo da vítima e que se trata do último estágio a cartografia do feminicídio.

Estas violências sofridas por mulheres podem ser representadas na obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, com o termo do *suplício*, onde nos mostra que esse tipo de violência que é aplicada como forma de punição sobre a mulher, por ela ser mulher. (FOUCAULT, 2008, p.31) diz:

Inexplicável, talvez, mas certamente não irregular nem selvagem. O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei. —Uma pena para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos.¶

Todas estas violências sofridas por mulheres fazem parte de uma construção social fortíssima, reforçada ao longo dos séculos quando falamos em violência psicológica, moral e patrimonial, se tem uma ideia romantizada desse comportamento, pois foi reforçado que —quem ama cuida e que esse cuidado, pode estar travestido de várias formas, seja em um grito, um tapa, se apoiando no ciúme e no amor como forma de —zelo. E esse o zelo é utilizado como justificativa para agressões, este discurso é comum e muitas vezes naturalizado tanto para a sociedade quanto para a vítima, de forma que a própria vítima não perceba que sofre violência doméstica.

Também devemos explanar que a lei Maria da Penha, não foi a resolução de todo problema de violência contra mulher, as mortes de mulheres por razões de gênero é um fenômeno global, pois em tempos de guerra ou de paz, devido nossa cultura internalizada em que a mulher é submissa, muitas destas mortes aconteceram com a tolerância da sociedade e governos, exatamente por atribuir um poder alegórico ao homem de ter direito de punição sobre a mulher, essa prática ainda é muito presente, desta forma a lei aparece apenas como um passo dado de um caminho longo que temos a trilhar, tendo

em vista a situação atual do Brasil onde ocupamos o 5º lugar ranking mundial de violência contra a mulher.

A violência sexual, apesar de ter mais visibilidade com agressão em meio à sociedade, também foi uma construção histórica visto que no Brasil colonial os homens que descobrissem que suas esposas não eram mais virgens antes do casamento, poderiam (pois estavam respaldados pela lei) forçar relações sexuais e isto não seria considerado estupro pois o mesmo estava defendendo a honra. Este tipo de prática internalizou na sociedade questão de que se for um conjugue ou parceiro íntimo a forçar a relação, não é estupro, se tem o imaginário que o estuprador é um desconhecido, ainda a nível nacional até 2005 no Brasil, se o estuprador fosse o conjugue da vítima não era considerado crime essa análise nos mostra que o contexto histórico que os crimes contra as mulheres estão inseridos, se perpetuam até os dias atuais.

Quando falamos em feminicídio, temos que ter a convicção que o termo é usado para denominar a última etapa da violência de gênero, porque este é denomina a morte de mulheres. Se atentar para as violências anteriores que são naturalizadas pela sociedade, pode evitar genocídio do sexo feminino. Vale assim salientar que apesar da Lei Maria da Penha além de ter sido um marco nas políticas públicas em combate à violência doméstica e familiar, os Estados muitas vezes deixam a desejar no cumprimento da lei, podemos apontar carências como uma atenção para a prevenção e punição aos agressores sobre isto Meneghel e Portella (2018, p. 17) dizem:

Os Estados ainda não foram capazes de cumprir adequadamente as obrigações no tocante à prevenção, investigação, julgamento e punição dos assassinos de mulheres. Entre os maiores desafios estão a ausência de vontade política para confrontar crimes; os obstáculos existentes para a investigações incluindo omissões, erros e negligências; falta de evidências para o julgamento dos acusados; a revitimização¹⁷ da vítima; a ausência de acesso á justiça e de assistência aos membros da família na busca do julgamento dos perpetradores de modo a eliminar a impunidade características da violência contra as mulheres.

É necessário também aqui, voltar nossa atenção para a violência contra as mulheres negras, foi pensando colocar um espaço neste artigo para que nos atentemos a esta luta - que tem uma história de resistência e existência à parte. É como se, de alguma forma, enquanto mulheres brancas entrassem para a história na luta com o feminismo, as mulheres negras tivessem que lutar duas vezes mais por serem mulheres e negras, ou três vezes mais, por serem mulheres negras e pobres. Desde o Brasil colonial e se arrastando até hoje - mulheres negras carregam a maior carga de preconceito e violência doméstica comparadas as mulheres brancas, sobre isto diz Del Priore (2014, p. 36)

Acrescenta-se à rudeza atribuída aos homens o tradicional racismo, que campeou por toda a parte: estudos comprovam que os gestos mais diretos e a linguagem mais chula eram reservados a negras

¹⁷ Chamamos de revitimização quando a criança ou adolescentes, vítimas de abuso sexual são obrigadas a reviver a violência, em função do próprio sistema judiciário e da persecução penal.

escravas forras ou mulatas; às brancas se direcionavam galanteios e palavras amorosas.

Se a visão que foi construída da mulher era inferiorizada, a visão negativa construída em cima da mulher negra atinge proporções bem maiores, onde a mulher negra foi silenciada e desautorizada. Para que as mulheres negras tivessem voz, para falar sobre problemas que as mulheres brancas não tinham, para abraçar as necessidades nas lutas sociais das mulheres negras, surge o feminismo negro.

Obviamente se a construção da história da mulher no sentido eurocêntrico se arrasta até a contemporaneidade a imagem da mulher negra também, sobre isto (KILOMBA, 2012, p. 56)

As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde —raça não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico, em teoria. É por causa dessa falta ideológica, argumenta Heidi Safia Mirza (1997), que as mulheres negras habitam um espaço vazio um espaço que se sobrepõe às margens da —raça e do gênero, o chamado —terceiro espaço. Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição —sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e de outro lado, de mulheres. (MIRZA, 1997:4) Nós no meio. Este é, é claro, um dilema teórico sério, em que os conceitos de raça e gênero se fundem estreitamente em um só. Tais narrativas separativas mantêm a invisibilidade das mulheres negras no debates acadêmicos e políticos.

Reforçamos assim a importância do feminismo negro para desconstruir essa visão e todo o preconceito enraizado na sociedade, a luta e resistência não cessa e é o único caminho para uma sociedade igualitária.

4. O CORPO QUE FALA E RESISTE: A MULHER, OS DIREITOS HUMANOS E AS LUTAS SOCIAIS.

A mulher não é só símbolo de violência, mas também é símbolo de resistência, pois da mesma forma que a violência tem sido secular a resistência também tem sido, o feminicídio tenta abafar a resistência e reação das mulheres, mas sempre existiu a reação e resistência da mesma diante desta violência, neste item abordaremos as resistências das mulheres, direitos humanos e lutas sociais com ênfase nos feminismos.

A declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 1948, Assembleia Geral da ONU logo após a Segunda Guerra Mundial e trouxe à política internacional a necessidade de discussão dos direitos intrínsecos ao ser humano, que são alvo de violação desde os séculos anteriores até o atual. Bastos (2011, p. 39).

Com o passar dos tempos o conceito de direitos humanos em relação de gênero, modificou-se através das intervenções de movimentos sociais dentre elas a luta de mulheres por meio do movimento feminista, na qual reivindicou ao longo da história a igualdade de direitos políticos, civis e sociais, apresentando linhas consistentes e unificadas.

A partir dos anos 1980, a atuação de mulheres feministas em contextos nacionais e internacionais teve uma colaboração importante para que o tema de violências contra as mulheres entrasse na pauta dos direitos humanos, a partir daí se promoveu uma agenda para dar uma visibilidade às diferentes formas de expressão da violência de gênero. Em muitos países os movimentos de mulheres têm exigido respostas eficientes de autoridades neste caso do Estado.

Estes movimentos tem uma subdivisão interna em três —etapasll, que são denominadas de —ondasll a primeira onda do feminismo, marca o início do movimento caracteriza-se como passagem do espaço privado para o público, e a luta por direitos sociais e políticos como o direito ao voto, com o movimento sufragista¹⁸ que é um marco, e tido como ponto de partida do movimento feminista, também eram reivindicados melhores condições de trabalho como melhores salários, redução da jornada de trabalho e salubridade, estas manifestações se espalharam pelo mundo e significavam uma emergência de novas estratégias de organização política.

No Brasil a primeira onda do feminismo foi acompanhada pela tendência europeia e liderada por Bertha Lutz¹⁹, vale salientar que Bertha Lutz fazia parte da alta sociedade da época e teve contato com sufrágio estrangeiro exatamente porque teve a oportunidade de estudar fora do Brasil. Esta movimentação social, nos remete as diferenças sociais e étnicas raciais existentes e que não podem ser descartadas, essas diferenças posteriormente deram origem ao feminismo negro que é um movimento de mulheres atuantes tanto na esfera da discussão de gênero quanto na luta antirracista.

Na metade do século XX, momento onde se identifica o surgimento da segunda onda do movimento, que incluem as lutas nas pautas as lutas culturais questionando o padrão imposto pela sociedade onde especificam papéis para homens e mulheres, também era pauta desta onda a liberdade sexual, e domínio da mulher sobre o próprio corpo, discussões como legalização do aborto e uso de métodos contraceptivos estavam nos pontos reivindicados pelo movimento. Visto que os direitos sociais e políticos estavam em momento de consolidação, era o instante de buscar outras aspirações. Sobre isto (DIETZ, 1999, p.3) diz:

As feministas há muito tempo reconheceram como imperativo o trabalho de procurar, definir e criticar a complexa realidade que dirige nosso modo de pensar, os valores que defendemos e as relações que compartilhamos, especialmente no que se refere ao gênero. Se o contexto é o que conta, o feminismo, em suas diversas formas, está obrigado a descobrir o que nos rodeia e as nos revelar relações de poder que constituem as criaturas que vamos ser. —O pessoal e o politicoll é o credo das práticas com sentido crítico.

As mulheres conquistam na primeira e segunda onda o lugar do sujeito. Na terceira onda, que tem seu início em meados dos anos 90, busca responder alguns questionamentos levantados pela segunda onda, de quem são esses

¹⁸ Foram várias campanhas realizadas a partir de meados do século XIX para garantir às mulheres da Inglaterra e Estados Unidos algo tão inédito para elas: o sufrágio, direito de votar em eleições políticas.

¹⁹ Cientista, líder feminista política paulista (1894 – 1976). É uma das pioneiras da luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos humanos entre homens e mulheres no país.

sujeitos, pois há uma pluralidade, quem tem o direito a conquistaram deste espaço, pois as mulheres que tinham visibilidade eram mulheres brancas, fazendo-se pensar se esse feminismo abarca todas as mulheres, ou apenas as mulheres brancas de classe média alta. Trazendo assim uma visão pós-estruturalista do gênero e sexualidade. A busca aos direitos humanos vai para além da crítica à sociedade patriarcal, mas também no —interiorll do movimento feminista, as lutas sociais acontecem a todo momento, dentro e fora do movimento, faz parte do questionar e buscar melhores condições para as mulheres em todas as esferas.

Apesar de um contexto histórico que torna a violência contra a mulher algo natural, o corpo feminino, que diante do lugar invisível que foi pensando para ele dentro sociedade, resiste e não para. Podemos ver isto nas histórias de violência, como por exemplo a de Maria da Penha, que atravessa todo um sofrimento para posteriormente, ser um símbolo na luta contra a opressão e agressão cometida contra o corpo e feminino, diante de violências que podem deixar marcas muito mais profundas que físicas, o corpo feminino fala e resiste.

Apesar de avanços e conquistas dentro da sociedade através dos movimentos sociais, neste trabalho destaco os movimentos feministas, ainda temos muitas pautas a reivindicar, dentre elas algumas que foram reivindicadas desde a primeira e segunda —ondall dos movimentos feministas e que se arrastou até as lutas atuais, visto que a primeira se destacou pelas lutas sociais como o direito ao voto. Na contemporaneidade no Brasil, por exemplo, temos uma pequena participação das mulheres na política enquanto candidatas, de tal forma que é necessária uma cota de trinta por cento em todo partido político de candidatas mulheres para disputar as eleições, essa obrigação é prevista por lei, a lei n° 9.504/97²⁰. Ou seja, apesar do direito ao voto ter sido conquistado e representa óbvio, um grande avanço, temos que nos apoiar em lei, para ocuparmos um espaço que é nosso, essa luta é atual e só reforça o quanto temos que avançar²¹.

Apoiando-se nas reivindicações da segunda —ondall no século XX, que consistiu na luta pelo direito ao seu próprio corpo, com pautas de aborto e sexualidade, ainda observamos que essa luta mais uma vez é atual; usando mais uma vez o Brasil como exemplo, no ano de 2019 temos um debate fortíssimo sobre o aborto, em que as bancadas evangélicas do congresso sejam elas dos deputados ou senadores, ainda impõem uma visão patriarcal, cristocêntrica sob o corpo da mulher, vale ressaltar que a maioria da participação política no Brasil é masculina, então estamos como mulheres na contemporaneidade, em uma luta que não cessa, pelo direito de ter direito sob nosso próprio corpo, uma luta pelos direito humanos da mulher.

Na data de 16/09/2019, o CFM²² publicou uma resolução n° 2.232/19 que estabelecem normas éticas para a recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência na relação médico paciente. A parte que chama atenção desta resolução é exatamente a autonomia que é dada aos médicos contra vontade das grávidas, onde o direito de autonomia da mãe possa ser

²⁰ Presidência da República da casa civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm>. Acessado em: 22 de nov. de 2019.

²¹ Vale salientar a crise no partido PSL no ano de 2019. O partido enfrenta uma investigação por uso de candidaturas —laranjasll de mulheres, para cumprir as cotas. Isso mostra a total irresponsabilidade do cumprimento da lei.

²² Conselho Federal de Medicina

caracterizado, como abuso da mulher em relação ao feto. Segundo jornal O Globo:

O ponto do texto que causou polêmica entre profissionais da área e levou à atuação do MPF diz respeito às gestantes: no caso delas, diz a norma, a recusa terapêutica deve ser analisada —na perspectiva do binômio mãe/feto, podendo o ato de vontade da mãe caracterizar abuso de direito dela em relação ao feto.

Se a gestante não quiser, por exemplo, fazer uma cesárea na hora do parto ou submeter-se a procedimentos como a episiotomia (corte entre a vagina e o ânus para ampliar o canal de passagem do bebê), e o médico considerar que tais medidas são necessárias para a saúde do bebê, o profissional é avaliado pelo CFM a acionar as autoridades, se assim decidir, incluindo o Ministério Público, para —tomada das providências necessárias visando assegurar o tratamento proposto. Antes da resolução, diz o CFM, este ato poderia ser considerado quebra do sigilo médico.²³

Tal resolução disposta por um Conselho Federal de Medicina na contemporaneidade, deixa nítido que apesar das lutas pelo direito ao próprio corpo, as mulheres continuam no imaginário social como um corpo que pode e deve ser manipulado, de forma agressiva e com respaldo de leis.

Essa resolução acaba por apenas reforçar que o machismo é um sistema de crenças que só aceita a superioridade dos homens que é merecido por sua masculinidade, à luta das mulheres para acabar com tais manutenções de poder do patriarcado nos mostra que o feminismo teórico não é apenas uma defesa do pensamento livre, ele é o próprio pensamento livre.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos ver que as estatísticas atuais de violência de gênero e o feminicídio enquanto fenômeno mundial foi resultado de toda uma educação sociocultural imposta a sociedade e que rende ao Brasil na contemporaneidade o título de 5º país no mundo que mais mata mulheres pelo simples fato de serem mulheres, a relação de poder dentro da sociedade fez com que a figura masculina se destaque como dono dos corpos femininos, marcando e demarcando lugares sobre ele, lugar este que sempre coloca o feminino em posição secundário ou figurante, sempre para servir ao homem.

Lembrando que as marcas vão muito além das físicas, as psicológicas, emocionais e patrimoniais que muitas vezes são silenciadas e invisibilizadas, pois a cobrança de uma virilidade na figura masculina resultou em um comportamento machista e violento e foi naturalizado assim reforçou a afirmação que vem como título do nosso trabalho: —Mas ele nunca me bateu achar natural um comportamento agressivo, mas que ainda não chegou a violência física é o caminho que o feminicídio percorre.

Por este motivo é necessário refletir sobre importância de se discutir sobre o feminicídio na atualidade dentro de uma pesquisa em história, pois este tipo de estudo contribui para as novas produções historiográficas, sobre tudo

²³ O GLOBO, sociedade. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mpf-contesta-resolucao-que-da-autonomia-medicos-contra-vontade-das-gravidas-23981096>>. Acessado em 04 nov. de 2019.

aquelas que versam sobre as mulheres e violência, chamando atenção para ao feminicídio na abordagem das violências de gênero.

É de suma importância entender que o quadro atual de violência contra mulher, se fez a partir de uma construção histórica e que podemos fazer o caminho inverso com uma desconstrução desse papel secundário da mulher na sociedade, e que em contrapartida destaca-se as lutas sociais, em particular os feminismos como lugar de resistência de forma que, pode-se alcançar muito no que diz respeito ao direito das mulheres e que nos deixa claro o quão ainda temos a avançar e alcançar, pois quando uma mulher avança nenhum homem retrocede por tanto a luta continua, fazendo parte de um processo de desconstrução histórica da imagem figurante da mulher e construção da imagem da mulher que domina sua própria existência.

É importante destacar os feminismos como um ato de reação a ação patriarcal e que nos trouxe e traz visibilidade, mas em contrapartida devemos ficar atentas para as micro resistências, das mulheres que não fazem parte de nenhum movimento social ou acadêmico mas, que são mulheres que existem e resistem, são elas parte das estatísticas da violência de gênero seguem em frente e não desistem. As mães solas²⁴, que apesar das dificuldades não desistem, apesar da pressão social e até normatização do abandono paternal, elas estudam, trabalham, se divertem aos fins de semana, nadam contra a maré literalmente. Mulheres que não sabem ler nem escrever e que possivelmente não vão ter acesso a este texto acadêmico, mas que são verdadeiras feministas porque apesar de fazerem parte das estatísticas de violência, seguem em busca de sua emancipação.

A importância de se falar sobre violência contra mulher vai para além do que se vê, a mudança está em nossas mãos, nós enquanto mulheres devemos usufruir da sororidade²⁵. Uma puxa a outra sempre, entender que as mulheres não são inimigas é o primeiro passo para a construção de uma sociedade não patriarcal e machista, desta forma podemos combater toda a violência que nos cerca.

²⁴ O termo **mãe solo** remete ao fato de ser a **mãe**, não necessariamente a progenitora, a principal responsável pela criação e educação de uma criança, tanto por questões financeiras quanto por dedicação de tempo.

²⁵ É uma palavra que pode ser comparada ao sentido de irmandade, sentimento de união e amizade entre mulheres. Essa palavra é muito usada dentro do movimento feminista para estimular o apoio entre as mulheres.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu* (16), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2001, pp.13-30.

DECLARAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER. Resolução 2263(XXII), (7/11/1967). Disponível em: <file:///C:/Users/pc/Desktop/Leituras%20feminismo/diretrizes_femicidio.pdf> Acesso em 1 de nov. de 2019.

DEL PRIORE, Mary, **História e Conversas de Mulher**. Segunda edição, São Paulo: Planeta Brasil, 2014.

FERNANDES, Débora. Pereira Liliane (Org.) **MAS ELE NUNCA ME BATEU**. Primeira edição, Campo Grande: Inovar, 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24.ed. São Paulo: Edições Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 35 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

INSTITUTO HUMANAS UNISINOS. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/42464-o-corpo-em-jogo-um-dialogo-distorcido-entre-o-eu-e-a-carne>>. Acessado em: 14 de out. 2019.

JUSBRASIL. Disponível em: <<https://maynaracosta.jusbrasil.com.br/artigos/356241107/do-defloramento-ao-estupro>>. Acessado em 22 de nov. 2019.

LE BRETON, David. **A SOCIOLOGIA DO CORPO**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes, Mary Del Priore (Org.) **História das mulheres no Brasil**. Segunda edição, São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Lia. **FEMINISMOS BRASILEIROS NAS RELAÇÕES COM O ESTADO**. Contextos e incertezas, 26. Fev. 2016.

O GLOBO, sociedade. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mpf-contesta-resolucao-que-da-autonomia-medicos-contra-vontade-das-gravidas-23981096>> . Acessado em 04 de nov. 2019.

Observador Crítico das Religiões. Disponível em: <<https://observadorcriticodasreligioes.wordpress.com/2015/10/13/o-sacrificio-de-viuvras-na-india/>>. Acessado em 20 de out. 2019.

POLITIZE. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/lei-maria-da-penha-tudo-sobre/>>. Acessado em 16 de set. de 2019

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.
Acessado em 20 de set de 2019.

RIBEIRO, Matilde. **O FEMINISMO EM NOVAS ROTAS E VISÕES**. Estudos feministas. Florianópolis, 14 (3), 272, set – dez, 2006.

SCOOT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Vol. 2, jul/Dez. 1995

SUPER ABRIL. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-movimento-sufragista/>>. Acessado 16 de set de 2019

AGRADECIMENTOS

Até em meus momentos mais indecisos eu sabia que iria chegar até aqui, e isto só foi possível porque sou cercada de pessoas incríveis que sempre me incentivaram a ir mais além, tenho ciência de que sou muito privilegiada por toda a oportunidade de trilhar essa trajetória.

A Deus, e a Virgem Maria minha eterna intercessora.

Aos meus pais Antônio e Rosângela, que nunca mediram esforços na busca da educação de seus filhos.

As meninas, Thaianny, Jhully, Kelly e Luana, por todo companheirismo e atenção, e risadas, deixando a vida o mais leve que ela possa ser.

A Gleydson Grangeiro por todos os socorros acadêmicos e emocionais nas madrugadas.

A Patrícia e Taty por tantas gargalhadas partilhadas.

A Manoel por tarôs, cervejas, risos e lágrimas.

A Fernanda Lemos, por todo companheirismo durante esta graduação e na vida.

A Jamilly Martins, por todo apoio e por construirmos uma amizade tão maravilhosa qual eu nunca imaginei.

A Misía Moraes pelos livros emprestados e por acreditar mais em mim do que eu mesma por muitas vezes e obviamente pelos poemas que me fizeram sentir muito especial ao longo deste ano.

A minha orientadora Patrícia Aragão por toda paciência no processo de produção deste artigo.

A Layse Félix, pelas leituras do —você escreve bem Elaine! e por me ensinar o que é ter paciência.

Aos meus colegas, por todos os momentos partilhados ao longo do caminho.